

## **DO TETO DE GASTOS AO NOVO ARCABOUÇO FISCAL: os impactos da austeridade no orçamento da Universidade Federal de Alagoas**

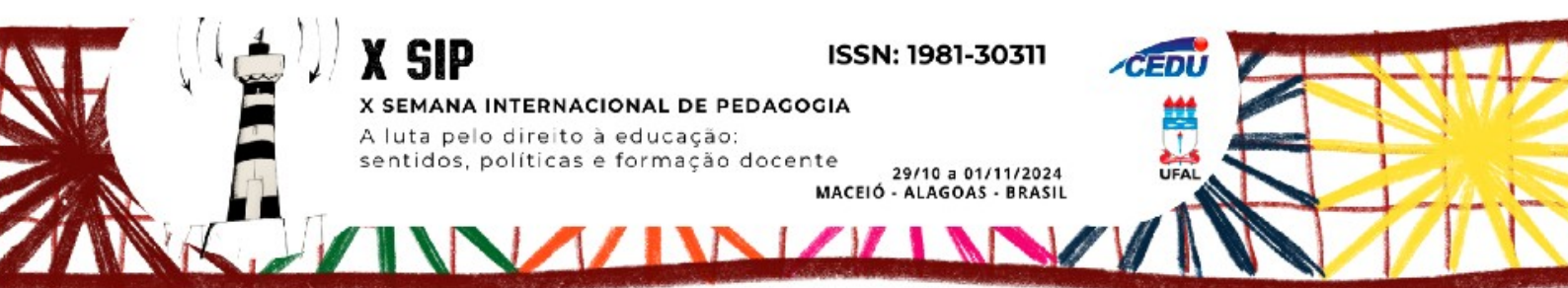
**Fernando Cirino**  
ICHCA/UFAL  
fernando.cirino@ichca.ufal.br

### **1 INTRODUÇÃO**

Para quem está inserido no universo acadêmico, seja como aluno, docente ou servidor técnico, é impossível não ser afetado diretamente pelas condições estruturais do espaço onde as atividades são realizadas, seja uma sala de aula, um auditório ou um escritório. Ao passarmos boa parte dos nossos dias dentro da universidade, no caso a Universidade Federal de Alagoas, não é difícil notar os diversos problemas em sua estrutura física, por exemplo. Essa constatação é o que motivou a escrita deste trabalho, buscando demonstrar as razões que operam o sucateamento das universidades públicas federais.

Os direitos sociais garantidos pelo pacto republicano no pós-ditadura empresarial-militar (Silva; Leher, 2024), através da Constituição de 1988, são conquistas democráticas – oriundas das lutas que a classe trabalhadora empreendeu durante os “anos de chumbo” – que definem os rumos da sociedade brasileira até os dias atuais. Asseverar que tais direitos nunca deixem de ser assegurados é fundamental para que a maioria dos cidadãos tenham possibilidades concretas de acesso aos frutos da arrecadação de impostos.

Partindo deste princípio, a imposição do neoliberalismo no Brasil cria as condições ideais para que as políticas de austeridade sejam aceitas socialmente como dogmas. Segundo Mattei (2023), austeridade é a priorização dos princípios econômicos e dos princípios da obtenção de lucro em detrimento das pessoas comuns. Dessa forma, em uma sociedade neoliberal as políticas públicas só podem



ser efetivadas se, em primeiro lugar, as taxas de lucro dos capitalistas estiverem garantidas no mais alto patamar possível. Para tal feito, a intervenção do Estado é fundamental.

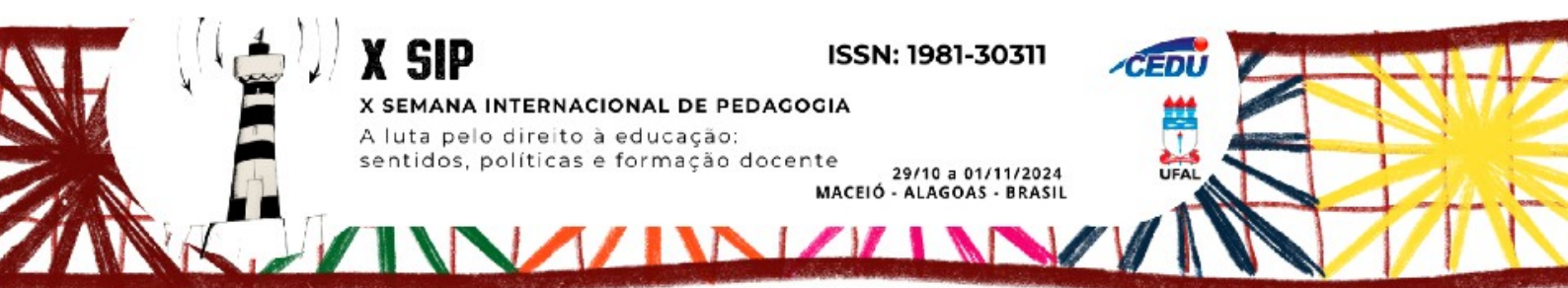
Privatizações de empresas estatais, arrocho salarial, alta taxa de desemprego, deterioração das relações trabalhistas e sucateamento da universidade pública são alguns princípios inexoráveis de uma política fiscal e orçamentária de austeridade, que tem como finalidade principal a manutenção dos privilégios de classe para uma ínfima parcela da população. No texto, é discutido como essas medidas incidem diretamente no orçamento da universidade pública federal, com foco no caso da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Tendo como recorte temporal o início – em 2016 - da política de ajuste fiscal do governo Michel Temer, através da Emenda Constitucional 95/2016, até os dias atuais, com o Novo Arcabouço Fiscal do governo Lula. De acordo com as fontes pesquisadas percebe-se que há uma continuidade no processo de diminuição do protagonismo do Estado, enquanto principal indutor de investimentos na universidade pública federal, como veremos adiante.

## **2 OBJETIVOS**

De modo geral visamos: Debater o conceito de austeridade fiscal e os impactos da austeridade no orçamento da Universidade Federal de Alagoas. E de modo Específico: Demonstrar como a austeridade é efetivada a partir da EC 95/2016, do governo Michel Temer até os dias atuais, com o Novo Arcabouço Fiscal do governo Lula; e apontar os impactos negativos desta política econômica no orçamento da UFAL.

## **3 METODOLOGIA**

Para melhor compreensão do nosso objeto de estudo lançamos mão do arcabouço teórico da pesquisa qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica de cunho exploratório nas seguintes fontes: artigos científicos; livros, e as principais plataforma de notícias. Assim, realizaremos um levantamento de informações acerca dos orçamentos das universidades federais, do histórico das políticas de austeridade e do desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil em publicações recentes, que trazem



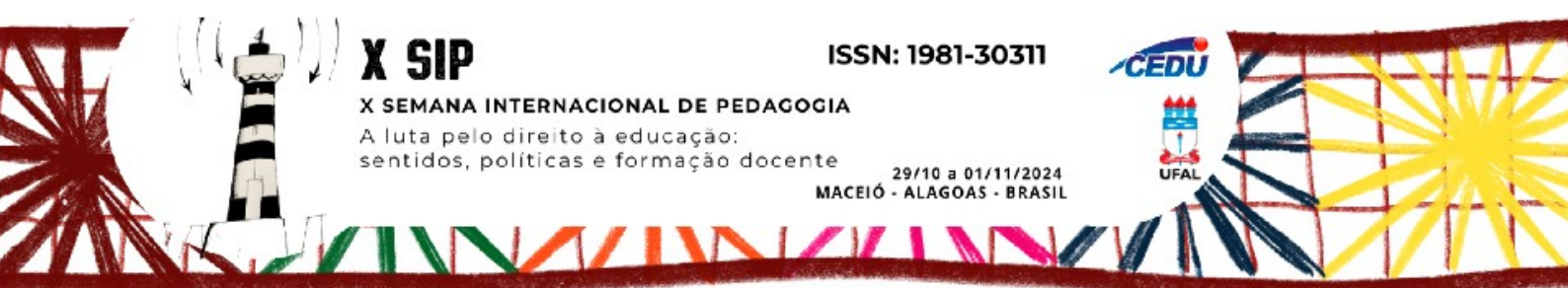
discussões atuais sobre estes temas. Após uma primeira seleção da bibliografia utilizada, fomos filtrando as informações mais relevantes para atingir os objetivos propostos pelo texto, até selecionarmos as referências fundamentais para a escrita.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apesar da garantia constitucional, desde a década de 1990 os direitos assegurados na Constituição Federal são manejados no sentido de perderem centralidade nas políticas econômicas dos governos neoliberais. Primeiro com Collor (1990-1992), que anunciou a aurora da era neoliberal e que tinha o combate à inflação apenas como aspecto inicial de um ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas (Maciel, 2011). Nos governos de FHC (1994-1998 e 1998-2002), há uma consolidação da estratégia da grande burguesia nacional de normalização do neoliberalismo. Com isso, os princípios da austeridade passam a dar a tônica das políticas econômicas – privatizações, arrocho salarial, cortes nos gastos públicos etc. – que balizam o desenvolvimento do país.

A partir das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, a austeridade fiscal se torna um princípio inalienável de todos os governos que não buscam uma ruptura com o paradigma neoliberal. Não foi diferente nos primeiros governos do Partido dos Trabalhadores (PT). É verdade que, devido a motivações políticas distintas dos governos anteriores, os dois mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) ousaram realizar importantes ações (expansão da universidade pública, Programa Luz para Todos, lei de cotas raciais, Bolsa Família etc.) que tensionaram a correlação de forças com alguns setores do capitalismo nacional, mas não visando operar uma cisão com a agência da austeridade.

Diante da crise econômica global que teve início em 2008, a burguesia tupiniquim precaveu-se para não ver diminuir as suas taxas de lucro. Assim sendo, aumentou a pressão política sob a então presidenta Dilma Rousseff para que fossem tomadas medidas de austeridade mais duras. A classe dominante não polpou esforços para “sangrar” o governo petista, mesmo ela nomeando Joaquim Levy – um banqueiro bem quisto no mercado financeiro – como Ministro da Fazenda. Como ataque



derradeiro, Dilma sofre impeachment. Eis que Michel Temer torna-se presidente da república, com a sua “ponte para o futuro” (Fundação Ulysses Guimarães, 2015), um conjunto de políticas que tendiam a aprofundar os cortes nos gastos públicos e piorar, substancialmente, a qualidade de vida da classe trabalhadora. Exemplos claros disso foram a proposta de reforma da previdência (PEC 287/2016) e a reforma trabalhista, efetivada na Lei 13.467/2017.

Apesar destas medidas, o que fez o governo Temer ser um divisor de águas nas políticas de austeridade foi a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016. Batizado como Novo Regime Fiscal (Teto de Gastos), essa medida buscava executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizessem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura (Fundação Ulysses Guimarães, 2015), aprofundou drasticamente o paradigma neoliberal. A partir desse momento as despesas primárias (saúde, educação, segurança pública etc.) passaram a ser reguladas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e não mais estavam sujeitas apenas a contingenciamentos orçamentários. Por essa medida, os investimentos sociais ficariam congelados por vinte anos, sendo reajustados com base na inflação (IPCA), sem crescimento real.

Os orçamentos das universidades federais foram duramente atingidos. Segundo dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), os investimentos em infraestrutura e material permanente caíram 66% entre 2016 e 2023. Dessa forma, fica cristalino o modo como a austeridade incide nos valores destinados à educação pública, mesmo que eles sejam garantidos pela Carta Magna, que prevê um percentual mínimo dos recursos financeiros arrecadados de impostos pela União, Estados e Distrito Federal e Municípios a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino: União, mínimo de 18%; Estados, Distrito Federal e Municípios, mínimo de 25% (BRASIL, 1988). Como preconizam Silva e Leher (2024):

O corte de verbas dos últimos anos e a lógica da austeridade contida na Emenda Constitucional nº 95/2016 objetivam asfixiar a universidade pública. No entanto, os violentos cortes nas verbas de capital (investimentos) reduzem os recursos que mantém de pé a estrutura física e de equipamentos, os chamados materiais permanentes, e tem um profundo significado no desmanche do futuro da universidade pública.

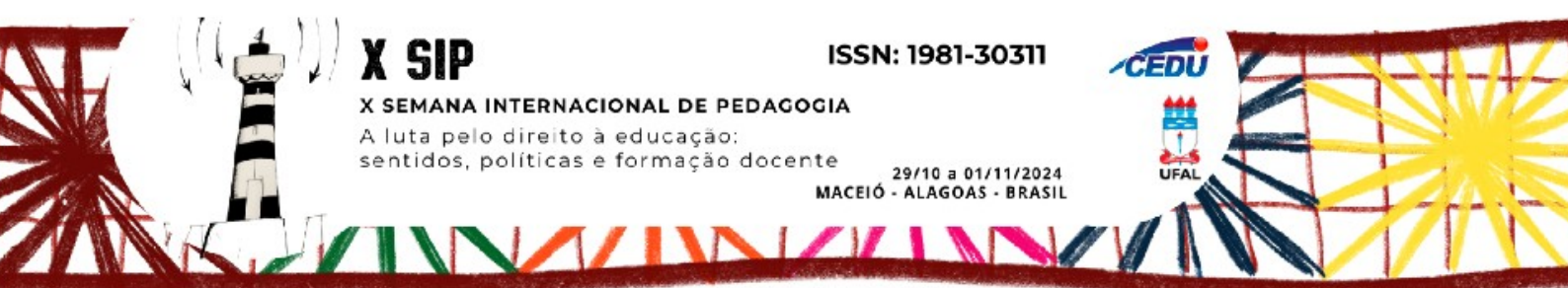
Voltando o enfoque para a realidade da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), percebe-se que ela segue a tendência das demais universidades federais, sofrendo com perdas profundas em seu orçamento nos últimos anos. Quando analisamos os valores destinados às despesas de manutenção e funcionamento, por exemplo, vemos o tamanho do impacto da austeridade. Entre 2016 e 2023 a UFAL sofreu uma perda de aproximadamente R\$ 34 milhões, segundo o SIOP. Ainda que tenha ocorrido uma melhora na situação orçamentária a partir de 2022, os valores estão longe de suprir as necessidades da universidade. Segundo a sua Pró-reitoria de Gestão Institucional (Proginst), o orçamento geral de 2023 foi o menor em 14 anos, sendo equiparado aos valores dos anos iniciais do programa de reestruturação e expansão das universidades (Reuni). Há uma dívida de R\$ 15 milhões em contratos de prestação de serviços indispensáveis para o funcionamento da instituição.

Qualquer governo que não rompa com o sistema neoliberal estará fadado a comprimir os gastos públicos para manter uma mínima governabilidade frente aos anseios por lucros das camadas dirigentes da sociedade. Analisando, ainda que brevemente, o atual governo, fica claro que a perspectiva adotada pela equipe econômica é de manutenção da austeridade. Através do Novo Arcabouço Fiscal, o governo prioriza a amortização da dívida pública. Recentemente, com o decreto 12.120/2024, houve um bloqueio de R\$ 1,3 bilhão no orçamento da educação federal, atingindo em cheio as universidades e institutos federais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisando as medidas econômicas de austeridade, implementadas a partir de 2016, no governo de Michel Temer, nota-se como a agenda neoliberal visa impactar negativamente os gastos públicos. Quando voltamos o olhar para o atual governo, de Luiz Inácio Lula da Silva, percebemos que, ao não buscar uma ruptura com os paradigmas do neoliberalismo, ele está fadado à - no máximo - gerenciar o que já estava posto na seara econômica nacional.

As políticas de austeridade são danosas a um projeto de universidade pública que tenha a sua função social voltada ao atendimento das demandas da maioria da população; para priorizar o desenvolvimento soberano do país, buscando aprofundar o tripé pesquisa, ensino e extensão, tal função social só pode ser engendrada se



estiver em contraponto ao receituário neoliberal. Nesta sociedade o sucesso de um destes projetos requer, necessariamente, o fracasso do outro, pois, em momentos de crise, eles não são compatíveis.

Para que seja possível a construção de uma educação pública federal, que vise atender as necessidades da população brasileira, é fundamental que, na esfera política, atue um governo comprometido com investimentos públicos e não com cortes em programas sociais; um governo que vise o fim da dependência científica e tecnológica do Brasil e que rompa com o ciclo de pagamentos de juros e dividendos da dívida pública em detrimento de investimentos substanciais nas universidades públicas.

## REFERÊNCIAS

Fundação Ulysses Guimarães. Uma ponte para o futuro. Brasil: **Fundação Ulysses Guimarães**, 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod\\_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf). Acesso em: 31 de ago. de 2024.

MACIEL, David. O governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Goiás, n. 11, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/download/48390/23725/>. Acesso em: 28 de ago. de 2024.

MATTEI, Clara. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. 1ª edição. São Paulo. Boitempo, 2023.

SILVA, Simone; LEHER, Roberto. A austeridade comprometendo o futuro da universidade pública e sua função social. **Temporalis**, Brasília, v. 24, n. 47, p. 15-34, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44279>. Acesso em: 29 de ago. de 2024.

SOU CIÊNCIA. **Orçamento das universidades federais**. 2023. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/dados-fctesp/orcamento-universidades-federais>. Acesso em: 27 de ago. 2024.

Universidade Federal de Alagoas, 2023. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2023/3/ufal-tem-menor-orcamento-dos-ultimos-14-anos-para-despesas-correntes>. Acesso em: 30 de ago. de 2024.